

Relatório da sessão “Nova geração de políticas de CT&I”

Glauco Antonio Truzzi Arbix¹

Com o auditório praticamente tomado por participantes da conferência, as três apresentações realizadas ofereceram ideias, análises e sugestões complementares ou convergentes, apesar de ênfases diferenciadas.

Lucia Melo realçou os avanços recentes que configuram um momento especial em todo o mundo da CT&I. O surgimento de campos novos e complexos de pesquisa, a multiplicação de mecanismos de interação entre os agentes que pesquisam, geram tecnologia e inovação – em especial as redes – e a busca por instituições mais eficientes para estimular novas dinâmicas produtoras de conhecimento novo são um convite para a elaboração de uma nova agenda voltada para o século XXI.

No Brasil, o sistema nacional de inovação viveu nos últimos anos alterações significativas, seja no investimento, nos processos de avaliação ou na qualidade das agências de fomento e das políticas executadas. Um conjunto de ações, de programas e de novas políticas públicas de apoio e estímulo à CT&I, elaborado a partir da ampliação de um produtivo diálogo entre governo, empresariado e universidades, contribuiu para empurrar o sistema de CT&I para um patamar mais avançado. O sistema de currículo Lattes e o Portal de Inovação foram apresentados como exemplos (e referência internacional) desse avanço, uma vez que acompanham a evolução para um padrão superior no sistema de financiamento, de avaliação, de capacitação e de pesquisa.

Basicamente, esse sistema mais elaborado está assentado sobre a interação de três elementos: (i) novas relações de confiança entre os agentes, inclusive no universo jurídico; (ii) busca

¹ Pesquisador da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP – FFLCH/Departamento de Sociologia.

de consenso sobre as escolhas estratégicas; e (iii) intensificação do trabalho cooperativo entre agentes, individuais e coletivos. Segundo Lucia Melo, nos últimos 20 anos, as tecnologias da informação deflagraram mudanças de fundo na produção de CT&I, gerando uma sintonia mais fina entre o conhecimento e a competitividade do país, com forte impacto nos processos de desenvolvimento econômico e social.

Howard Alper mostrou como o sistema de CT&I é assumido como agente relevante da transformação econômica e social dos países. Ao detalhar a experiência canadense dos últimos três anos, discuti os avanços e desafios que o setor público e o privado enfrentaram para harmonizar as políticas públicas às novas tendências mundiais. O Canadá, disse ele, investiu mais de US\$ 10 bilhões no biênio 2008-2009, divididos entre apoio à educação de nível superior (cerca de US\$ 3 bi) e apoio direto ao setor privado (cerca de US\$ 1 bi), sem contar os programas de incentivo fiscal para fomentar os processos inovadores nas empresas. Esse investimento precisa continuar, acentuou o professor (quando o financiamento para P&D é medido como % do PIB, o Canadá desponta em primeiro lugar no *ranking* dos países do G-8 e em segundo, atrás apenas da Suécia, dentre os países da OCDE, segundo os dados de 2006).

Como no Brasil, realçou o palestrante, o Canadá registra baixo nível de cooperação entre as empresas, relação frágil entre universidade-empresa, ainda baixo nível de investimento em P&D, que se expressa no baixo nível de desempenho da inovação no meio empresarial (o setor empresarial responde por 54% das atividades de P&D, o sistema universitário por 35% e o governo diretamente por 9%).

As vantagens do Canadá residiriam, segundo o professor, na excelência de sua pesquisa acadêmica e na alta qualidade de seus alunos (o desempenho em Ciências, Matemática e Leitura dos estudantes de 15 anos de idade situa o Canadá entre os primeiros cinco países da OCDE).

Para avançar, o Canadá precisa manter seu foco na inovação, definir (e implementar) suas prioridades, incentivar a P&D nas empresas; reconhecer, encorajar e melhorar a remuneração dos inovadores e selar parcerias estratégicas internacionais. Mario Cimoli, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), elogiou a iniciativa de realização da conferência brasileira, destacando que se trata de iniciativa única no continente latino-americano. Saudou o retorno da preocupação com a elaboração da política científica e tecnológica no Brasil recente – diferentemente dos anos 1990, em que a melhor política seria a não política – e enfatizou a nova participação do Estado brasileiro na articulação dos agentes, no investimento e no esforço de integração entre política de C&T, política industrial e política educacional.

Segundo o palestrante, o momento novo brasileiro está marcado pela presença de um novo modelo de desenvolvimento.

O presidente da República, ao falar na conferência, expressou esse novo ânimo nacional, ao detalhar a integração entre programas, políticas e instituições. O desafio é fazer, permanentemente, “a orquestra funcionar”. “O Brasil é outro”, disse ele, “e pode avançar mais ainda”.

Glauco Arbix, relator, também fez uso da palavra e, além de assinalar os pontos de convergência entre os palestrantes, realçou a necessidade de o Brasil avançar ainda mais no aperfeiçoamento de suas instituições. Reforçou a proposta de criação de uma superagência nacional de inovação, ligada diretamente à Presidência da República. Essa proposta consta do documento original preparatório à conferência e também fez parte do rol de recomendações entregues pela Conferência da Confederação Nacional da Indústria (CNI) aos atuais candidatos à Presidência da República, na semana anterior à Conferência de CT&I. A base dessa proposta, segundo o relator, está na necessidade de o Brasil concentrar seus esforços no principal gargalo do desenvolvimento brasileiro, que é o baixo nível de inovação das empresas brasileiras, seja medido em termos de P&D ou por uma visão mais ampla de inovação.

Uma agência desse tipo poderia ajudar a superar ambiguidades ainda presentes em nosso sistema, que, muitas vezes, ainda avalia projetos empresariais com critérios acadêmicos ou que se empenha em desenvolver pequenos planos ou projetos pilotos que não ajudam a superar a pulverização dos recursos e a aumentar a eficiência das políticas públicas.

Uma agência desse porte, criada a partir de instituições como a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), por exemplo, com recursos e legitimidade institucional dada pela ligação estreita com os principais planos e metas da Presidência da República, pode contribuir para que toda a economia nacional dê um salto de qualidade na sua competitividade.

1. Principais questionamentos do público participante

O tempo reservado para perguntas vindas do plenário foi pequeno. Mesmo assim, ganhou destaque nas perguntas a preocupação com a continuidade das políticas de CT&I e sua relação com o desenvolvimento.

Algumas perguntas dirigidas ao Professor Alper procuraram detalhar ainda mais a experiência canadense, principalmente no que se refere à interação entre pesquisa acadêmica e empresas, assim como nos sistemas de avaliação e controle. A preocupação era detectar pontos de contato – ou de inspiração – para a experiência brasileira.

Ao Professor Cimoli, as perguntas se voltaram para a sua visão do Brasil na arena latino-americana, assim como para os impactos da evolução da CT&I nos processos de desenvolvimento.

Registro também pergunta referente ao lugar ocupado pelo *software* livre ou sistemas de *open-source* no processo de desenvolvimento.

2. Síntese das recomendações

Como realçado no início, a sessão expressou grande concordância entre os seus integrantes. A ideia chave presente em todas as apresentações se refere ao novo momento que vive a CT&I no mundo e também no Brasil. Esse novo momento exige persistência e continuidade nas políticas de CT&I, diga-se de passagem, continuidade essa que se manteve nos últimos anos, em especial no que se refere ao financiamento e no foco na inovação nas empresas.